



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às 19h31min do dia 19/10/16, no Plenário Juscelino Kubitschek, o presidente, vereador Jorge Santos, após informar o horário mencionado, declarou que deixava de reunir-se em caráter extraordinário, por falta de quórum, a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Mesmo não havendo quórum, o presidente declarou aberta a reunião para a realização da Audiência Pública com a finalidade de discutir a “o Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual 2014-2017, nas Áreas de Resultado: Cidade com Mobilidade, Cidade Segura, Cidade Compartilhada, Cidade com Todas as Vilas Vivas, Cidade Sustentável, Integração Metropolitana”. Registre-se que esta audiência realizou-se em cumprimento do disposto no Requerimento de Comissão nº 460/16, de autoria do vereador Jorge Santos. O secretário municipal adjunto de Planejamento, Orçamento e Informação, Bruno Leonardo Passeli, passou a compor a mesa, representando o secretário municipal de Governo, Vítor Valverde. O presidente registrou a presença dos seguintes convidados: 1) o diretor de Finanças e Controle da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTrans, Nourival Resende; 2) Rodrigo Boccolini, representando o secretário municipal de Desenvolvimento, Leonardo Castro; 3) a diretora de Planejamento da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel, Maria Cristina Magalhães. O secretário municipal Bruno Leonardo Passeli, por meio de eslaides, fez a explanação sobre o projeto de revisão do PPAG para 2017. Referindo-se à estimativa das receitas para 2017, informou ser baseada nos índices de crescimento econômico do País e nos índices inflacionários indicados na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – de 2016. Acrescentou que essa estimativa considera os esforços de combate à sonegação fiscal e a redução do estoque da dívida ativa, a previsão, no



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

orçamento da União, de continuidade dos repasses aos estados e municípios, para novos investimentos e garantia de continuidade de projetos em andamento, bem como a previsão de recursos de operações de crédito para financiamento de investimentos e repasse de depósitos judiciais ao Município. Referindo-se às receitas do PPAG para 2017, destacou a redução aproximada de 5,7% em relação ao exercício anterior. Apresentou as despesas fixadas para 2016 e 2017, por área de resultado. Quanto às alterações propostas na revisão do PPAG de 2017, comentou que delas constam programas desativados, ações e subações novas, com indicações dos nomes de cada programa, ação ou subação, a unidade responsável pelo orçamento respectivo e o motivo da alteração. Referindo-se à área de resultado Cidade Compartilhada, informou que ela possui dois programas, o Orçamento Participativo - OP - e a Gestão Compartilhada. Divulgou as principais metas dessa área de resultado para 2016 e 2017: OP Digital, a ser realizado em 2016, OP Regional, a ser realizado em 2017, e continuidade do Orçamento Participativo da Criança e Adolescente e do programa A Prefeitura Mais Perto de Você, por meio do Planejamento Participativo Regionalizado - PPR. Quanto aos empreendimentos do OP, informou que 1.652 foram aprovados, 1.221 foram concluídos e 431 encontram-se em andamento. Reportando-se à área de resultado Cidade com Todas as Vilas Vivas, informou seus dois programas sustentadores: Vila Viva e Habitação. Divulgou as seguintes metas e resultados previstos para 2017, para o programa Vila Viva: finalizar as obras de implantação do Vila Viva São José, Várzea da Palma, Taquaril, Califórnia, Morro das Pedras, Santa Terezinha, Pedreira Prado Lopes, Cemig/Alto das Antenas, Aeroporto/São Tomaz, Serra e Santa Lúcia; regularização fundiária de cerca de 12.842 domicílios em vilas e favelas; e eliminação de 300 situações de risco geológico e geotécnico. Quanto à área de resultado Cidade com Mobilidade, informou que ela se compõe de oito programas, sendo os quatro seguintes sustentadores: 1) Expansão do Metrô, 2) Implantação do Corta Caminho, 3) Prioridade ao Transporte Coletivo e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

4) Transporte Seguro e Saudável. Informou as principais metas e resultados: nova rodoviária, no Bairro São Gabriel; continuidade do Projeto Mobicentro; Corredor Rápido na Avenida Amazonas; Projeto Pedala BH: implantação de mais 60 km de ciclovias; e Plano Diretor de Logística Urbana. Explanando sobre a área de resultado Cidade Segura, comentou que ela possui quatro programas, sendo a Prevenção da Violência o sustentador. Citou as principais metas e resultados para 2017: ampliação do videomonitoramento de 639 para 759 câmeras; implantação do sistema CFTV nas áreas de Educação e Saúde, com 139 câmeras; programa Construindo o Futuro dos nossos Jovens: atendimento a 2.500 jovens/ano; Escotismo na Guarda Municipal de Belo Horizonte - GMBH: atendimento a 432 crianças; Patrulha Escolar da GMBH: campanhas de prevenção às drogas, ao cerol e à prática de *bullying*; e implantação de câmaras temáticas nas nove regionais administrativas. Informou que a área de resultado Cidade Sustentável possui 15 programas, sendo sete os sustentadores, a saber: 1) Coleta, Destinação e Tratamento de Resíduos Sólidos, 2) Gestão Ambiental, 3) Planejamento e Estruturação Urbana, 4) Movimento Respeito por BH, 5) Manutenção da Cidade, 6) Parques e Áreas Verdes e 7) Pampulha Vida. Apresentou as principais metas e resultados para 2017: 15 mil cruzamentos da cidade com identificação de ruas/sinalização; operações urbanas do Barreiro, Antônio Carlos/Pedro I e Via Leste-Oeste iniciadas; prevenção de enchentes/inundações: construção de seis novas bacias/reservatórios de detenção; Operação Oxigênio: ampliação para 12 mil fiscalizações/ano. Informou que, para a área de resultados Integração Metropolitana, foram estabelecidas as seguintes metas e resultados: elaboração do Plano Municipal de Governança e Integração Metropolitana – PMGIM, com o objetivo de estabelecer premissas e diretrizes que norteiam as políticas públicas de Belo Horizonte, para propiciar um futuro de oportunidades com desenvolvimento sustentável, de forma integrada e complementar em relação aos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. O vereador Jorge Santos pediu esclarecimentos sobre o andamento das



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

obras de construção da nova Rodoviária, no Bairro São Gabriel. A pedido do secretário Bruno Passeli, Nourival Resende prestou esclarecimentos. Informou que houve atraso nessas obras, em razão da demora na remoção de moradores existentes no local. Afirmou que a terraplanagem do terreno onde se pretende construir a rodoviária foi iniciada. O vereador Jorge Santos disse ter transitado, nesta data, na região onde se pretende realizar o empreendimento e afirmou não ter percebido obras em andamento. Comentou que pessoas têm reclamado por não terem sido iniciadas as obras. Considerou preocupante essa pendência, tendo em vista a iminência de nova gestão da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - e por perceber que o Município encontra-se em dificuldades financeiras. Nourival Resende acrescentou que, em razão da escassez de recursos, os serviços de preparação das obras de construção encontram-se aquém das expectativas e houve, conseqüentemente, o atraso do início das obras. O vereador Jorge Santos observou que vários moradores não concordavam em ser removidos para que fosse construída a rodoviária na região onde moravam e que, tendo sido o terreno desocupado, deparou-se com falta de recursos para a edificação pretendida. Perguntou por que, então, não se optou por manter tudo como era antes. Nourival Resende avaliou que houve uma queda de arrecadação do Município, não prevista, mas salientou a expectativa de que a nova rodoviária será construída. O vereador Jorge Santos avaliou que muitos projetos da PBH não foram concluídos e citou como exemplo a limpeza da Lagoa da Pampulha. O secretário Bruno Passeli destacou a importância das obras de preparação do terreno para a edificação da nova rodoviária. Comentou que a demora nessa etapa dos serviços atrasou o cronograma das obras. Informou que a construção desse terminal rodoviário será efetuada por empresa privada, por meio de concessão pública, portanto sem dispêndio de recursos públicos. Quanto à limpeza da Lagoa da Pampulha, afirmou que as metas estabelecidas para dezembro deste ano serão atingidas. Disse considerar perceptível a evolução nos trabalhos de limpeza dessa lagoa. Acrescentou que existem recursos garantidos para esse



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

serviço e, sendo assim, o mesmo não foi interrompido e deve ser concluído no final deste ano. O vereador Jorge Santos lembrou que haverá audiência pública em 20/10/16, para discutir o Projeto de Lei do Orçamento Anual de 2017. Divulgou os prazos para apresentação de emendas populares ao PPAG: pelo Portal da Câmara: de 7h30min de 18/10 às 23h59min de 21/10, sem interrupção; em papel: de 7h30min às 19 horas, de 18 a 21/10/16, na Diretoria do Processo Legislativo - DIRLEG. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos às 20 horas. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

<p>ATA APROVADA</p> <p>(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)</p> <p>distribuída em avulso, no dia <u>26/10/16</u>, não</p> <p>foi apresentada impugnação no prazo regimental.</p> <p><u>21/11/16</u></p> <p>_____ Presidente</p>
--